

*8.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 27 de Abril de 2012*

**ACTA**

**ORDEM DE TRABALHOS**

Ponto 1. Período de Antes da Ordem do Dia / Informações

Ponto 2. Decisões proferidas ao abrigo de Delegação e Subdelegação de Competências  
. Licenciamento de Obras Particulares

Ponto 3. **EDUCAÇÃO** – ENSINO BÁSICO E SECUNDÁRIO

- . CONSERVAÇÃO/REPARAÇÃO DE CENTROS ESCOLARES
- . E.B.1 Alfarelos - Arranjos Exteriores
  - Adjudicação

Ponto 4. **EDUCAÇÃO** – ENSINO BÁSICO E SECUNDÁRIO

- . Agrupamento de Escolas Martinho Árias - Soure
  - Agradecimento

Ponto 5. **ACÇÃO SOCIAL**

- . Gabinete de Inserção Profissional - G.I.P.
  - Aprovação de Candidatura

Ponto 6. **RECURSOS HUMANOS**

- . Estágios
- . Programa Alternativo de Educação e Socialização (PAES)
  - CPCJ de Soure e Agrupamento de Escolas de Soure
- . Protocolo de Cooperação

***8.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 27 de Abril de 2012***

Ponto 7. **AMPLIAÇÃO DA PEDREIRA N.º 2986, DENOMINADA SERRA DO CARVALHAL**

. Alteração Parcial ao Plano Director Municipal de Soure

- Proposta

Ponto 8. **GRANDES OPÇÕES DO PLANO - PPI E AMR - E ORÇAMENTO // 2012**

. Apreciação de Propostas de Alteração - 3.ª/3.ª -

Ponto 9. **APRECIÇÃO DO INVENTÁRIO DOS BENS, DIREITOS E OBRIGAÇÕES  
PATRIMONIAIS//2011**

Ponto 10. **APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE  
CONTAS//2011**

Ponto 11. **LEI DOS COMPROMISSOS E PAGAMENTOS EM ATRASO (LCPA)**

. (Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro)

. Plano de Liquidação de Pagamentos em Atraso

- Proposta

Ponto 12. **REGULAMENTO DE LIQUIDAÇÃO E COBRANÇA DE TAXAS MUNICIPAIS**

- Proposta de Alteração

Ponto 13. *Outros assuntos a incluir, se for caso disso, nos termos do artigo 83.º da Lei n.º 169/99, de 18.09.*

**Ponto 1. Período de Antes da Ordem do Dia / Informações**

***8.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 27 de Abril de 2012***

O Senhor Presidente deu início à reunião, prestando a(s) seguinte(s) informação(ões):

A Câmara Municipal tem continuado a não abdicar, designadamente os Senhores Vereadores em Regime de Permanência, da sua política de proximidade... por isso, esteve presente em todas as acções que, nos mais diversos domínios, ocorreram no nosso concelho, no período que mediou entre a última reunião e a de hoje...

**\* CULTURA**

- Dar-vos conhecimento de um e-mail recebido sobre a tomada de posição da Direcção de Terras de Sicó relativa ao Festival do Cabrito.

- Relativamente às Comemorações do XXXVIII Aniversário do 25 de Abril de 1974... o que eu penso sobre o programa comemorativo, a forma como decorreu... Já dei nota pública sobre a justiça da sua muito positiva avaliação!!!!...

**\* DESPORTO E TEMPOS LIVRES**

Dar-vos também conhecimento da forma modelar como decorreu o I Torneio Jovem de Xadrez promovido pela Associação do Casal do Redinho em colaboração com o Clube de Xadrez do Instituto Pedro Hispano.

**\* SANEAMENTO E SALUBRIDADE**

Relembrar a informação da Chefia de Divisão de Obras Públicas Municipais, apresentada na última Sessão da Assembleia Municipal, sobre questões que, de forma recorrente, nos foram colocadas por Senhores Deputados Municipais, relativas a anomalias no sistema que integra o Emissário Figueiró/Belide.

**\* INVESTIMENTOS MUNICIPAIS**

As obras em curso, de acordo com as informações dos serviços e do que tenho observado nas visitas que tenho realizado, estão a decorrer com normalidade...

**\* AVALIAÇÃO DE IMÓVEIS**

- No dia 19 do corrente mês de Abril, tendo-me feito acompanhar pelo Senhor Vereador, Mário Jorge Nunes, e pelos dois Chefes de Divisão da Câmara Municipal, teve lugar uma reunião de trabalho com o Senhor Chefe de Finanças de Soure e com o Perito Tributário que está afecto ao nosso Concelho... Foi feito um ponto da

### ***8.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 27 de Abril de 2012***

situação, de como é que está a decorrer no Concelho o Processo de Avaliação de Imóveis... Constatou-se que não esta a correr lá muito bem... o Perito não é de cá, pelos vistos também não tem andado muito por cá, e o processo evidencia uma grande lentidão... A Câmara Municipal reiterou a sua disponibilidade para, num clima de conjugação de esforços, se procurar dar outro andamento ao processo... Iremos procurar, mensalmente, fazer a monitorização...

O Senhor Vice-Presidente Dr. Santos Mota referiu que: “representei o Senhor Presidente de Câmara numa iniciativa cultural promovida pelo Centro Social do Sobral.

Relativamente às Comemorações do XXXVIII Aniversário do 25 de Abril dizer que tiveram a dignidade que bem merecem, mesmo com o tempo a não ser muito colaborante, mas, por outro lado, tornou esta parte da cerimónia mais acolhedora.

Felicitar a Senhora Vereadora, Dra. Ana Maria Treno, como coordenadora desta comissão organizadora, por mais este 25 de Abril.”

A Senhora Vereadora Dra. Ana Maria Treno referiu que: “no âmbito da política de proximidade, estive presente numa das iniciativas que integrou a Semana Cultural 2012 do Instituto Pedro Hispano. Esta iniciativa contou com um programa extremamente interessante e enriquecedor, envolvendo toda a comunidade educativa. Estive presente na ante-estreia da peça “Menina do Mar Repintada” e no momento “Não Violência”.

O Senhor Vereador Mário Jorge Nunes referiu que: “congratular-me pela forma, mais uma vez, festiva, simples, mas muito eficaz como decorrem as Comemorações do XXXVIII Aniversário do 25 de Abril de 1974 em Soure. Saudar todas as intervenções realizadas na Sessão Solene da Assembleia Municipal por, na sua generalidade, espelharem, de alguma forma, o sentimento actual vivido pelo Povo Português, preocupados com a situação actual do País e com a interpretação daquilo que foram as conquistas do 25 de Abril. Acho que todas as intervenções reflectiram aquilo que são as preocupações actuais...

Relativamente ao PROVERE - Programa de Valorização dos Recursos Endógenos -, onde o Município de Soure está inserido, temos um projecto chamado Vila Romana

Sicó com outros cinco Municípios de Terras de Sicó e com o Município de Tomar, informar que terminou ontem a fase de Candidaturas dos privados a este programa.

**8.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 27 de Abril de 2012**

Das iniciativas sinalizadas na área do Município de Soure entraram dois projectos: uma Candidatura para o Balneário Termal no Bicanho e uma Candidatura para um Hotel de quatro estrelas com cerca de cento e trinta quartos, com capacidade para quase trezentas pessoas. São dois projectos distintos, mas funcionam em complementaridade. Para eles poderem apresentar as Candidaturas, a Câmara Municipal teve que aprovar o projecto de arquitectura dos dois investimentos... Referir ainda que houve total empenhamento dos serviços técnicos da Câmara em acompanhar toda a evolução dos projectos...”

**Ponto 2. Decisões proferidas ao abrigo de Delegação e Subdelegação de Competências  
. Licenciamento de Obras Particulares**

*Foi tomado conhecimento dos licenciamentos de obras particulares verificados no período decorrido entre a última reunião e a de hoje. -----*

**Ponto 3. EDUCAÇÃO – ENSINO BÁSICO E SECUNDÁRIO  
. CONSERVAÇÃO/REPARAÇÃO DE CENTROS ESCOLARES  
. E.B.1 Alfarelos - Arranjos Exteriores  
- Adjudicação**

Foi presente a seguinte informação:

**Assunto:** EDUCAÇÃO – ENSINO BÁSICO E SECUNDÁRIO  
CONSERVAÇÃO/REPARAÇÃO DE CENTROS ESCOLARES  
E.B.1 ALFARELOS - ARRANJOS EXTERIORES  
- ADJUDICAÇÃO

Por deliberação da Reunião de Câmara, de 15.03.2012, foi decidido recorrer à figura do **ajuste directo**, nos termos da alínea a) do artigo 19.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, como procedimento prévio à adjudicação da empreitada acima mencionada.

Foram apresentadas as propostas seguintes:

EMPRESA	VALOR	PRAZO
Parqueadora Sourense, Lda. <sup>a</sup>	16.179,00 €	15 Dias
Euroténis - Equipamentos Desportivos, Lda	16.240,00 €	15 Dias

Tendo em conta que a empresa que apresenta o preço mais baixo respondeu ao solicitado, sendo esse valor inferior ao preço base, (16.250,00 €), os serviços sugerem a adjudicação da presente empreitada à empresa Parqueadora Sourense, Lda.

## ***8.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 27 de Abril de 2012***

É obrigatória a celebração de contrato escrito uma vez que o mesmo não se encontra dispensado da redução a escrito - vide al. d) do n.º 1 do artigo 95º do CCP, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro -.

Foi efectuada a audiência prévia dos concorrentes, nos termos do n.º 1 do art.º 123.º do CCP, sem que tenha sido apresentada qualquer observação por parte dos concorrentes.

A eficácia da presente adjudicação, nomeadamente para efeitos de quaisquer pagamentos, depende da publicação da mesma, pela entidade adjudicante, no portal único da internet dedicado aos contratos públicos ([www.base.gov.pt](http://www.base.gov.pt)) - ver art. 127.º do CCP -.

### **CONCLUSÃO**

Tendo em conta a presente informação e o relatório, sugerimos:

1. A **adjudicação** da presente empreitada à empresa **Parqueadora Sourense, Lda**;
2. **Aprovação** da **minuta** do contrato, nos termos do disposto no n.º 2 do art.º 98.º do CCP;
3. **Autorização** para a realização da despesa no valor de **16.179,00 euros**, acrescido de IVA.

À Consideração superior,  
O Chefe de Divisão de Obras Públicas e Municipais  
(Mário Monteiro, Eng.º)  
18.04.2012

DESPACHO:  
À Reunião de Câmara  
A Vereadora \*,  
(Ana Maria Treno, Dra.)  
20.04.2012

\* Competências Delegadas e subdelegadas pelo Exmo. Senhor  
Presidente da Câmara Municipal, Despacho de 06.11.2009

*Deliberado, por unanimidade, aprovar a adjudicação à empresa que apresentou a proposta mais favorável, conforme decorre da informação técnica dos serviços.-----*

### **Ponto 4. EDUCAÇÃO – ENSINO BÁSICO E SECUNDÁRIO . Agrupamento de Escolas Martinho Árias - Soure - Agradecimento**

*Foi tomado conhecimento.-----*

### **Ponto 5. ACÇÃO SOCIAL . Gabinete de Inserção Profissional - G.I.P.**

***8.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 27 de Abril de 2012***

**- Aprovação de Candidatura**

O Senhor Presidente referiu que: “recordar-se-ão que na reunião de 29 de Junho de 2011 tomámos conhecimento da apresentação de uma nova Candidatura para que o Gabinete de Inserção Profissional - G.I.P. continuasse em funcionamento... Agora, informaram-nos que foi aprovada a Candidatura, exactamente pelos valores que constavam da mesma.”

*Foi tomado conhecimento.*-----

**Ponto 6. RECURSOS HUMANOS**

- . Estágios
- . Programa Alternativo de Educação e Socialização (PAES)
  - CPCJ de Soure e Agrupamento de Escolas de Soure
- . Protocolo de Cooperação

Foi presente a seguinte Proposta:

*Proposta*

**Assunto: RECURSOS HUMANOS**

**ESTÁGIOS**

**PROGRAMA ALTERNATIVO DE EDUCAÇÃO E SOCIALIZAÇÃO (PAES)**

**CPCJ DE SOURE E AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE SOURE**

**- PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO**

A Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Soure (CPCJ) propôs à Câmara Municipal a celebração de um PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO que visa proporcionar a **um jovem** em situação de retenção, mas abrangido pela escolaridade obrigatória, uma resposta educativa adequada às suas necessidades. Esta resposta passa, entre outras acções, pela integração dos jovens em actividades desenvolvidas em contexto real de trabalho.

Este aluno cumpre um *Programa Alternativo de Educação e Socialização (PAES)*, elaborado pela CPCJ em parceria com o Agrupamento de Escolas de Soure. De acordo com este Programa, frequenta a Turma em que está inserido na Escola e, simultaneamente, recebe formação em contexto real de trabalho nas Oficinas do Município, de Abril até ao final do Ano Lectivo 2011/2012.

Neste quadro, propõe-se que a Câmara Municipal autorize a subscrição do Protocolo de Cooperação em anexo, com a CPCJ e o Agrupamento de Escolas de Soure, o qual não constitui para a Autarquia qualquer tipo de encargo.

***8.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 27 de Abril de 2012***

A Vereadora\*  
(Ana Maria Treno, Dra.)  
24.04.2012

\* Competências Delegadas e subdelegadas pelo Exmo. Senhor  
Presidente da Câmara Municipal, Despacho de 06.11.2009

*Deliberado, por unanimidade, aprovar o presente Protocolo de Cooperação.-----*

**Ponto 7. AMPLIAÇÃO DA PEDREIRA N.º 2986, DENOMINADA SERRA DO CARVALHAL  
. Alteração Parcial ao Plano Director Municipal de Soure  
- Proposta**

Foram presentes as seguintes informações:

**assunto:** 3ª Alteração Parcial ao Plano Director Municipal de Soure  
- Alteração do nº 3 do art.º 47º do Regulamento do PDM  
- Alteração à planta de ordenamento do PDM

Em 15 de março de 2012, a Câmara Municipal de Soure deliberou, por unanimidade, em reunião ordinária, alterar o nº 3 do artigo 47 do Regulamento do Plano Director Municipal (PDM) de Soure e alterar a planta de ordenamento do PDM de Soure.

Deliberou ainda fixar o prazo de quinze dias para o período de participação pública preventiva.

O referido prazo de 15 dias decorreu entre 28 de março de 2012 e 19 de abril de 2012, sem que os interessados tenham remetido qualquer observação ou sugestão à Câmara Municipal de Soure, conforme informação dos serviços.

Considerando a informação jurídica de suporte e o facto de não existirem contribuições a introduzir na proposta presente na reunião de Câmara de 15 de março de 2012, sugere-se que a Câmara delibere apresentar a proposta da 3ª alteração parcial ao PDM de Soure, à Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional tendo em vista a realização da conferência de serviços.

À Consideração Superior  
Maria José O. Carvalhão – Engª  
Chefe de Divisão de Gestão Urbanística e Planeamento  
23.04.2012

e

**Assunto: Alteração parcial ao Plano Director Municipal de Soure (n.º 3 do artigo 47.º do regulamento e  
alteração à planta à escala 1/25 000)  
Terminus da participação pública preventiva – envio dos elementos do processo à Comissão de  
Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro para a realização da conferência de serviços**



## ***8.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 27 de Abril de 2012***

Considerando que:

1. Por deliberação da Câmara Municipal de Soure, tomada em reunião pública de 15 de março de 2012, foi iniciado o processo de alteração ao PDM de Soure;
2. Na mesma reunião foi ainda deliberado fixar o prazo de quinze dias para o período de participação pública preventiva, nos termos do disposto no n.º2 do artigo 77º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial<sup>1</sup>, no decurso do qual os interessados podiam remeter as suas observações e sugestões;
3. No seguimento do referido no ponto anterior, foi publicado o Aviso n.º 4740/2012, no Diário da República 2ª série n.º63, de 28 de março de 2012;
4. Conforme informação dos serviços da Divisão de Gestão Urbanística e Planeamento, o Aviso foi também publicado no site oficial do Município e nos jornais Expresso, Diário de Coimbra, Diário As Beiras e Popular de Soure e afixado edital no Edifício dos Paços do Município tendo ainda sido enviado para as Juntas de Freguesia para efeitos de afixação;
5. O prazo de quinze dias úteis, decorreu entre 29 de Março e 19 de Abril de 2012, pelo que deverá ser verificado se foram apresentadas quaisquer observações e ou sugestões.

Assim, no caso de não terem sido apresentadas observações e ou sugestões, deverá a Câmara Municipal, ao abrigo do n.º3 do artigo 75.ºC do Decreto-Lei n.º380/99, de 22 de setembro, na sua atual redação, deliberar apresentar a proposta de alteração ao Plano Diretor Municipal de Soure, à Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro para a realização da conferência de serviços com todas as entidades representativas dos interesses a ponderar.

À consideração superior,  
A técnica superior,  
(Dulce Rocha)  
20.04.2012

<sup>1</sup> Decreto -Lei n.º 380/99, de 22 de setembro, alterado e republicado pelo Decreto -Lei n.º46/2009, de 20 de fevereiro, com a redação que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei n.º 181/2009, de 7 de agosto e Decreto-Lei n.º2/2011, de 6 de janeiro.

*Na sequência do período de participação pública, foi deliberado, por unanimidade, aprovar a Proposta da 3.ª Alteração Parcial ao Plano Director Municipal de Soure, a apresentar à Comissão de Coordenação e Desenvolvimento do Centro, conforme decorre das informações técnicas dos serviços.---*

---

**Ponto 8. GRANDES OPÇÕES DO PLANO - PPI E AMR - E ORÇAMENTO // 2012  
. Avaliação de Propostas de Alteração - 3.ª/3.ª –**

**8.<sup>a</sup> Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 27 de Abril de 2012**

*Deliberado, por maioria, com cinco (5) votos a favor dos Senhores Vereadores eleitos pelo P.S. e duas (2) abstenções das Senhoras Vereadoras eleitas pelo P.S.D., aprovar as Propostas de Alteração - 3.<sup>a</sup>/3.<sup>a</sup> - .-----*

**Ponto 9. APRECIACÃO DO INVENTÁRIO DOS BENS, DIREITOS E OBRIGAÇÕES PATRIMONIAIS//2011**

Foi presente a seguinte informação:

**Inventário e Cadastro dos Bens Móveis e Imóveis Municipais**

**Critérios Valorimétricos Utilizados e sua Fundamentação**

Para efeitos de avaliação e actualização dos bens autárquicos do Imobilizado Corpóreo, quer do Domínio Privado, quer do Domínio Público, e em cumprimento do disposto na alínea d) do n.º 1 e nas alíneas h) e i) do n.º 2, do artigo 68.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, e tendo em conta a entrada em vigor do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 162/99, de 14 de Setembro e conjugado com a Portaria n.º 671/2000, de 17 de Abril, foram utilizados os seguintes critérios valorimétricos:

**Bens adquiridos até 31/12/2001 (sujeitos a inventariação)**

- I. Para os bens móveis foi utilizado o critério do custo histórico (custo de aquisição);
- II. Para as viaturas, máquinas e ferramentas seguiu-se o mesmo critério;
- III. Na valorimetria dos imóveis e outras construções seguiram-se os critérios contidos nos n.ºs 1 e 2 do artigo 31.º da Portaria n.º 671/2000, que são:
  - a. Custo de construção;
  - b. Custo de grande reparação/conservação;
  - c. Valor estimado provisório, até avaliação definitiva atribuída pela comissão legalmente prevista.
- IV. As partes de capital (investimentos financeiros) foram avaliadas ao custo de aquisição;
- V. As dívidas de e a terceiros correspondem às importâncias constantes dos documentos que as titulam.

**Bens adquiridos após a vigência do POCAL (A partir de 01/01/2002)**

- I- Após a implementação do POCAL, a valorimetria dos bens autárquicos dos domínios público e privado segue a orientação preconizada pelo n.º 1 do artigo 31.º da Portaria n.º 671/2000 nas suas alíneas:
  - a) O custo de aquisição;
  - b) O custo de produção.Acrescido das despesas adicionais de instalação, funcionamento ou utilização, conforme o disposto no n.º 3 do mesmo artigo da mencionada Portaria.
- II- Para os bens (móveis e imóveis) ainda em processo de valorização e inserção patrimonial mantêm-se os critérios constantes nos pontos I, II e III referidos para o período até 31/12/2001.
- III- Na valorimetria dos investimentos financeiros (partes de capital) e nas dívidas de e a terceiros mantêm-se os procedimentos dos pontos IV e V antes indicados.

## ***8.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 27 de Abril de 2012***

Soure, 31 de Janeiro de 2012  
A Técnica Superior,  
(Carla Antunes, Dr.ª)

O Senhor Presidente referiu que: “a ambiência legal aplicável obriga a que o Município tenha que apreciar o Inventário, que é o conjunto de Bens e Direitos (os elementos Patrimoniais Activos) e das Obrigações (elementos Patrimoniais Passivos)...

Assim, propõe-se que se aprove a proposta de Inventário de Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais // 2011.”

*Deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta de Inventário apresentada, devendo a mesma ser submetida à Assembleia Municipal.*-----

### **Ponto 10. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS//2011**

O Senhor Presidente referiu que: “quando falamos de Documentos de Prestação de Contas estamos a falar do Balanço, da Demonstração de Resultados, dos Mapas de Execução Orçamental e do Relatório de Gestão... agora, porque a lei o determina, também das duas Declarações que têm a ver com a Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (LCPA)... Essas duas Declarações têm listagens de suporte que estão no site, estão publicadas e são do domínio público... Estamos a cumprir a Lei, apesar dela ter entrado em vigor a 21 de Fevereiro e de ainda não haver Decreto-Lei aprovado que a operacionalize/regulamente...

- Balanço - apresenta um Activo Líquido no valor global de 55.049.533,52 euros... um valor superior ao do ano passado que foi de 52.349.976,34 euros, ou seja, cresceu  $\approx$  2.700.000,00 euros... Os Fundos Próprios, por sua vez, cresceram de 32.722.587,50 euros para 34.396.173,49 euros... Os Fundos Próprios cresceram  $\approx$  1.700.000,00 euros, crescimentos ainda mais significativos do que os verificados em 2010... O Passivo, excluídas as contas de acréscimos e de diferimentos, voltou a diminuir  $\approx$  585.000,00 euros... Em termos práticos, a nossa situação Líquida Activa, o nosso valor do Património, voltou a aumentar consideravelmente ...

- Demonstração de Resultados - desde que entrou em vigor o POCAL, em 2002, este é o décimo ano consecutivo em que apresentamos um Resultado Líquido do Exercício positivo, desta vez no valor de 1.620.080,99 euros... Nestes dez anos, este é o terceiro melhor Resultado Líquido do Exercício de sempre... Porém,

***8.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 27 de Abril de 2012***

convirá não perder de vista que esse não é o nosso objectivo fundamental... mas sim, apresentar bons indicadores nos mais diversos domínios, designadamente no que toca à nossa responsabilidade social...

- Quadro Resumo de Execução Orçamental - se atentarmos na Receita verificamos que quando estamos a falar do Grau de Execução, isto é, na comparação da Receita que foi Cobrada com a Receita Prevista... cobrámos 14.506.778,15 euros, numa previsão de 19.707.875,00 euros, o que significou um Grau de Execução de 73,61%... Mas, é preciso não esquecer que, nos 19.707.875,00 euros de Receita prevista, estão 3.604.980,00 euros relativos a Venda de Bens de Investimento, 18,29%, sendo que, de facto, não ocorreram essas alienações... Essa é a Receita prevista que deve corresponder, sensivelmente, à Dívida a Credores que não a Banca... Em bom rigor, não devíamos comparar os 14.506.778,15 euros com os 19.707.875,00 euros, mas os 14.506.778,15 euros com os 19.707.875,00 euros menos os 3.604.980,00 euros... isto é, na prática, não são 73,61% em 100%, mas sim 73,61% em 81,71%, (81,71% são os 100% menos os tais 18,29%)... aí o Grau de Execução é de 90,01%... Temos “contabilisticamente” um Grau de Execução de 73,61%, um bom grau, mas que, efectivamente, corresponde a um Grau de 90,01%... É um bom Grau de Execução Orçamental ao nível dos que temos vindo a conseguir e a que habituámos os Municípios...

... A verdade é que, o ano passado fechámos o ano com uma Receita e uma Despesa de 13.150.000,00 euros, agora estamos a fechar 2011 com 14.506.000,00 euros... enquanto 2010, comparado com 2009, tínhamos diminuído quase 1.500.000,00 euros, agora em 2011 aumenta quase 1.400.000,00 euros, porquê?... Porque não obstante a contenção, em 2010 houve alguma derrapagem temporal nas obras com co-financiamentos comunitários... em 2011 verificou-se alguma retoma da normalidade, isto é, aumentou o ritmo de execução dos investimentos com Fundos Comunitários aprovados... isso explica porque é que em 2011 fizemos mais Despesa e tivemos mais Receita em quase 1.500.000,00 euros...

... Se compararmos a Despesa Corrente prevista - 8.963.465,00 euros com a Despesa Corrente realizada - 8.017.968,05 euros... houve uma diminuição de  $\approx 950.000,00$  euros... Em 2010, nós tínhamos feito uma Despesa Corrente de 8.179.000,00 euros... Resultou daqui que em 2011 não só fizemos  $\approx 900.000,00$  euros a menos da Despesa Corrente prevista, como ainda reduzimos comparativamente à realizada em 2010...  $\approx 160.000,00$  euros...

***8.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 27 de Abril de 2012***

... Assim sendo, se compararem a Receita Cobrada com a Despesa Realizada, os 9.454.982,61 euros com os 8.017.968,05 euros, verificam que houve uma auto-suficiência orçamental superior a 1.400.000,00 euros...

O ano passado, com a contenção, tínhamos tido uma auto-suficiência orçamental de cerca de 1.216.000,00 euros, agora tivemos uma auto-suficiência orçamental de cerca de 1.437.000,00 euros... isto é, continuamos a consolidar a auto-suficiência orçamental!!!!... Pensamos que este é um resultado orçamental cujos números absolutos de 2011 e mesmo comparativos com os de 2010, falam por si... O que é que quero dizer com isto?... Às vezes dir-se-á assim: então a Câmara Municipal está em contenção e cobra mais e gasta mais!!!!... Não há contradição, está a gastar mais porque teve intensificação de investimento com as Receitas de Fundos Comunitários que lhes estão afectos, mas, naquilo que era corrente, está em contenção... Como é que tal se verifica?... Na evolução das Despesas Correntes... Não há contradição nenhuma, é preciso saber ler e saber cruzar a informação...

- Despesas com o Pessoal - Nós tínhamos previsto 4.535.000,00 euros, o valor a que se chegou foi de 4.516.265,00 euros... Importa lembrar que, comparativamente com as realizadas o ano passado, nós descemos nas Despesas com o Pessoal de 4.820.107,00 euros para 4.516.265,00 euros... isto quer dizer que, se em 2010, tínhamos tido um aumento de pouco mais de 40.000,00 euros, quando o valor justificável era muito superior, agora temos mesmo uma diminuição absoluta ligeiramente superior a 300.000,00 euros... contenção... a adopção de políticas nacionais, tudo conjugado...

Em termos de mobilidade de pessoal, em 2011 entraram duas pessoas, que passaram ao quadro, sendo que já cá estavam, e saíram oito, sete por aposentação e uma por rescisão ou cessação... em 2010 entrou uma e saíram três!!!!... Expliquei, na Sessão Solene do 25 de Abril de 1974 que nós não despedimos ninguém e que, pelo contrário, quando toda a Europa e o Mundo discutem a necessidade da opção por vínculos laborais de menor duração, nós temos passado os que são necessários, de Contratação a Termo Certo para o Pessoal do Quadro!!!!...

Trabalho Extraordinário - Lembrar-se-ão que nós temos vindo a diminuir o Trabalho Extraordinário, nos últimos anos... Pois mesmo tendo diminuído em 2010 cerca de 14.000,00 euros, o equivalente a quase 10%, a verdade é que em 2011, voltámos de ser capazes de diminuir também, quase 14.000,00 euros, sensivelmente 12,5%... Relembramos que, em 2005, as Horas Extraordinárias atingiram 275.000,00 euros, em 2010 - 108.000,00 euros e agora em 2011 - 95.000,00 euros... Convém não perder de vista que nós não podemos evitar o Trabalho Extraordinário em algumas áreas como, por exemplo, nos Transportes, na manutenção de Infra-

***8.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 27 de Abril de 2012***

Estruturas e mesmo no Apoio aos Órgãos da Autarquia... não é possível dizermos que quando há avarias nas Redes de Infra-Estruturas Básicas, que são ainda dirigidas por nós, quer seja Sábado, Domingo ou Feriado, que intervimos... este quadro de resposta, vinte e quatro sobre vinte e quatro horas, tem custos... mesmo com alguma contenção, os Transportes aos Fins de Semana, no apoio às Colectividades, para que haja massificação de Cultura e Desporto, temos que pagar aos Motoristas... há áreas onde é possível conter mas, ou mudamos de política, e nós não estamos disponíveis ou tem que haver Trabalho Extraordinário... Mesmo assim está a ser feito um esforço enorme, porque são estes os números... A austeridade, aparentemente sem limites, não resolve nada, “mata as pessoas”!!!!... O caminho é o das pessoas em primeiro lugar, sem dar cabo das contas, mas também não pode ser o caminho das contas certas, dando cabo das pessoas!!!!... isso é manifestamente uma perversão da actividade política!!!!...

- Endividamento - ...Passivo... voltámos a diminuir... enquanto no ano passado tínhamos diminuído no Passivo 9.000,00 euros, agora diminuímos quase 600.000,00 euros!!!!...

Depois há regras que estão sempre a mudar... nós terminámos um ano a cumprir com umas regras em vigor no dia 31... no dia 01 mudam-nas... e já estamos em incumprimento...

Se repararem, no chamado Endividamento Líquido, em 31.12.2011 nós tínhamos conseguido uma redução de quase 600.000,00 euros... Aparentemente, de acordo com a lei aplicável, em 31.12.2011 nós não tínhamos excesso, não tínhamos que recuperar nada em 2012, tínhamos era margem...

Por outro lado, no chamado Endividamento Bancário, em 31.12.2011 também não tínhamos excesso, o que tínhamos era uma margem... Quer dizer que podíamos pedir emprestado 1.163.476,77 euros... São os resultados que são... falam por si... Já agora, se verificarem no Quadro Resumo de Execução Orçamental, a parte da Banca...

Empréstimos - a Câmara Municipal voltou a amortizar 992.000,00 euros em Empréstimos Bancários... mas utilizou 374.000,00 euros em apoio a obras co-financiadas... por isso é que a dívida à Banca diminuiu, não 992.000,00 euros, mas  $\approx$  620.000,00 euros... quanto é que pagámos de Juros de Dívida à Banca?... Pagámos o que está em Juros e Outros Encargos, 141.000,00 euros...

- Relatório de Actividades - aquilo que nós fizemos é o que está num quadro que também é de fácil leitura e que está desagregado por rubricas, para além das cinquenta e cinco páginas onde estão transcritas as Informações Escritas... Neste quadro verifica-se que, se tínhamos tido  $\approx$  90% de Grau de Execução do



***8.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 27 de Abril de 2012***

Orçamento, isso explica porque é que temos agora 99,05%... Nós tínhamos previsto fazer de despesa inscrita em Plano um valor global de 10.852.625,00 euros e fizemos 10.749.115,00 euros... Tivemos uma repartição que não foi exactamente semelhante, mas que não se afastou da inicialmente prevista... Prevíamos na Educação 7,28% e terminámos com 11,59%; na Cultura 3,65% - 2,85%; no Desporto e Tempos Livres 11,59% - 9,23%; na Acção Social 5,74% - 3,68%; na Saúde 2,70% - 2,58%; na Habitação, Urbanismo e Urbanização 19,57% - 21,07%; no Saneamento e Salubridade 7,02% - 5,84%; na Protecção Civil 2,64% - 1,85%; no Abastecimento Público/Água, Desenvolvimento Económico 8,68% - 8,55%; nas Comunicações e Transportes 29,20% - 30,95%; na Defesa do Meio Ambiente 1,93% - 1,81%... ou seja, verificamos que há um bom Grau de Execução e que a Repartição Final não é muito distante da Repartição Inicial, sendo que, algumas diferenças, são perfeitamente explicáveis...

Não vamos distinguir nenhum investimento em particular, porque quando temos centenas de acções inscritas em Plano... do nosso ponto de vista, face ao entendimento do que é a melhoria do bem-estar e do desenvolvimento, seria incorrecto destacar este ou aquele investimento!!!... O desenvolvimento e a melhoria do bem-estar resulta, nunca exclusivamente de um qualquer investimento por muito importante que ele seja, mas de um conjunto integrado de respostas nos mais diversos domínios... Por isso, para nós, o valor deste exercício de 2011 não se prende com esta ou aquela obra, por esta ter sido mais cara e a outra mais barata, prende-se pelo conjunto integrado de obras, tanto quanto possível, com os tais equilíbrios espacial e funcional que, mais do que as nossas palavras, resultam da leitura, quer dos quadros, quer do que está escrito...

Parece-nos evidente que, numa ambiência económica como a do ano de 2011, foi dado mais um inequívoco e efectivo contributo para que prossigamos o nosso caminho e possamos continuar a afirmar que Soure é um Concelho cada vez mais homogéneo e humanizado!!!..."

O Senhor Vice-Presidente Dr. Santos Mota referiu que: "relativamente aos Documentos de Prestação de Contas, mais uma vez, apresentam-se bem elaborados e de forma muito clara, que espelha o trabalho desenvolvido em 2011.

No Balanço podemos verificar que o activo líquido aumentou próximo dos 3.000.000,00 euros, o que é um sinal muito positivo. Também os Fundos Próprios tiveram um aumento de cerca de 1.700.000,00 euros. Em relação ao Passivo, confrontamo-nos aqui com um pequeno aumento, mas, por outro lado, estão incluídas as chamadas contas de passagem.

***8.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 27 de Abril de 2012***

Na Demonstração de Resultados podemos verificar que o Resultado Líquido do Exercício tem um saldo positivo de 1.620.080,99 euros. Naturalmente que não é o objectivo deste Município, a questão deste resultado positivo, acima de tudo, há uma preocupação com o bem-estar e com a qualidade de vida da população. De qualquer maneira é importante e reflecte uma gestão cuidada, em que estes fundos irão ser canalizados para 2012.

Em relação ao Quadro Resumo de Execução Orçamental, o Senhor Presidente já fez uma análise bastante clara, aprofundada e esclarecedora. De qualquer maneira, gostaria de dizer o seguinte: na rubrica Venda de Bens de Investimento, porque não temos outra alternativa, refere-se às Dívidas a Credores que não a Banca. Também há aqui outra situação que nos incomoda a todos, que tem a ver com as Transferências Correntes, não faz qualquer sentido, no âmbito da descentralização, termos despesas consideradas Despesas Correntes quando deveriam ser investimentos, e estou a falar das Transferências para as Juntas de Freguesia, IPSS, etc.

No Endividamento, em relação a 2010, baixou 600.000,00 euros.

Em relação às Despesas com o Pessoal, como também já foi dito pelo Senhor Presidente, houve uma descida à volta de 300.000,00 euros.

Em relação ao Plano, a execução é elevada e reflecte o trabalho cuidado em termos orçamentais.

Em suma, estes Documentos de Prestação de Contas reflectem uma gestão cuidada, rigorosa e com grande sentido de responsabilidade, onde a nova Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso é-nos inteiramente dispensada.

Portanto, resta-me felicitar o Senhor Presidente de Câmara, como líder deste Executivo, por esta gestão exemplar.”

O Senhor Vereador Mário Jorge Nunes referiu que: “confesso que, no meu primeiro ano de Mandato, como era a primeira vez que estava em contacto exaustivo com o Documento de Prestação de Contas e também como tinha alguma formação na área das Finanças e da Contabilidade, me entusiasmei a analisar e a estudar o documento... Cheguei ao terceiro ano e não me atrevo, de modo algum, a comentar a explanação professoral e académica que o Senhor Presidente de Câmara já fez sobre o Documento... Por outro lado, também é certo que vamos acompanhando, no dia a dia, mês a mês, com outra forma de ver e conjugar aquilo que são as contas públicas da Autarquia, com aquilo que é a prática e a execução do Plano de Actividades. Portanto, vale muito mais fazer uma avaliação política, do que



***8.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 27 de Abril de 2012***

uma avaliação contabilística daquilo que foram os resultados da Autarquia... Os resultados estão à vista e têm vindo a ser referidos nas diversas reuniões e nas Informações Escritas feitas ao longo do ano de 2011. Ficámos com menos Transferências do Estado em 2011 do que em 2010, essa é que é a evidência...

Fizemos mais obras em 2011 do que em 2010, outra evidência... Tudo o resto seria para os comentadores económicos da Rádio de Soure, se ela os tivesse, virem poder analisar, porque fazer melhor explanação financeira do que aquela explicação contabilística que o Senhor Presidente fez, vai ser difícil e eu não me atrevo a tal... De modo que me congratulo com o trabalho realizado pelo Executivo...

Congratulo-me também com o rigor com que o Município, com que este Executivo, certamente, vai deixar, no final do mandato, as Contas. Congratulo-me com a forma como todos os colaboradores da Câmara Municipal foram apreendendo que as dificuldades eram para todos e também o eram para o Município de Soure, portanto, daí que algumas das Despesas foram diminuindo, com o esforço dos Dirigentes e também com a compreensão dos colaboradores, que rentabilizaram melhor os meios disponíveis...

Congratulo-me com os Municípios que também souberam interpretar o tempo em que vivemos e que existem Órgãos da Administração Central, existem Órgãos da Administração Regional, existe a Câmara Municipal de Soure e o Município de Soure para servir as populações, mas também não somos a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa a gerir o Euromilhões, portanto, também os Municípios souberam, e de igual modo as Instituições do Concelho, interpretar as dificuldades que o País atravessa e perceber que a Câmara Municipal não pode acudir a todas as vontades e a todas as necessidades e até a alguns vícios...

Todo este resultado merece uma avaliação política extremamente positiva da minha parte. Votarei favoravelmente os Documentos de Prestação de Contas 2011 deixando aqui um Voto de Louvor a quem teve a responsabilidade de, ao longo do ano, gerir todos estes centimos de euros, quer nas Receitas, quer nas Despesas.

Também um Voto de Agradecimento a todos os colaboradores do Município e a todas as Instituições que com o Município colaboram, quer sejam concelhias, quer fora do Concelho.”

O Senhor Presidente referiu que: “já expliquei que o aumento considerável verificado no ritmo da execução das obras co-financiadas veio provocar uma aparente contradição no plano da comparação entre os valores de 2011 com 2010... Recordam-se que, de 2009 para 2010, houve uma diminuição global da

**8.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 27 de Abril de 2012**

Receita/Despesa de  $\approx 1.500.000,00$  euros, agora subiu  $\approx 1.400.000,00$  euros... esta subida é sobretudo explicada com base nos Fundos Comunitários, porque mantivemos a consciência social nos tarifários... se formos à receita cobrada, comparar 2010 com 2011, a Transferência do OGE, o Fundo de Equilíbrio, o Fundo Social e a Comparticipação no IRS diminuiu nas correntes  $\approx 240.000,00$  euros e nas de capital  $\approx 138.000,00$  euros, isto é,  $\approx 378.000,00$  euros... Só, em termos práticos, de 2010 para 2011, as Transferências do OGE diminuíram  $\approx 378.000,00$  euros, mais de  $30.000,00$  euros/mês... só que em 2010 já tinha ocorrido um “corte” de  $\approx 300.000,00$  euros... isto é, em 2010 uma diminuição de  $\approx 300.000,00$  euros, em 2011, esses  $300.000,00$  euros mais  $378.000,00$  euros...  $\approx 700.000,00$  euros, o que dá um valor  $\approx 1.000.000,00$  de euros nos dois anos. Se projectarem já o corte global em 2010, 2011 e 2012, então estamos a falar de uma diminuição global ligeiramente superior a  $2.000.000,00$  euros... Portanto uma diminuição nas Transferências do Orçamento Geral do Estado de  $2.000.000,00$  euros em três anos...”

*Deliberado, por maioria, com cinco (5) votos a favor dos Senhores Vereadores Eleitos pelo PS e duas (2) abstenções das Senhoras Vereadoras Eleitas pelo PSD, aprovar os Documentos de Prestação de Contas/2011, devendo os mesmos ser submetidos à Assembleia Municipal.*-----

**Ponto 11. LEI DOS COMPROMISSOS E PAGAMENTOS EM ATRASO (LCPA)**

- . (Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro)
- . Plano de Liquidação de Pagamentos em Atraso
- Proposta

Foi presente a seguinte Proposta:

- Assunto: ► Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (LCPA)**  
(Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro)
- Plano de Liquidação de Pagamentos em Atraso
  - Proposta

Relativamente ao assunto em epígrafe, e na sequência do Despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal, de 16.03.2012, junta-se em anexo a Proposta de Plano de Liquidação de Pagamentos em Atraso, de Acordo com o previsto no artigo 16.º da Lei supra-referenciada.

Observe-se que o Projecto de Decreto-Lei, da LCPA, prevê no n.º 2 do artigo 19.º que “os planos de pagamento a apresentar pelas entidades não podem ter um prazo superior a 5 anos”.

**8.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 27 de Abril de 2012**

Quanto a esta Proposta, releve-se que a mesma tem um carácter plurianual, estando assim sujeita à autorização prévia da Assembleia Municipal, de acordo com o estipulado no artigo 6.º da LCPA, sendo que, aponta em concreto para um período máximo de 3 anos e 10 meses.

À Consideração Superior,  
Os Serviços de Contabilidade,  
(Ivo Costa, Dr.)  
20.04.2012

**PLANO DE LIQUIDAÇÃO DOS PAGAMENTOS EM ATRASO, EM 31.12.2011  
- QUADRO SÍNTESE -**

Período	Pagamentos
2012	1.320.659,08 €
2013	903.788,50 €
2014	431.928,50 €
2015	358.260,17 €
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>3.014.636,25 €</b>

e

Foi presente a seguinte informação:

**Assunto: - Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (LCPA)**  
**(Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro)**  
**. Declarações e plano de liquidação de pagamentos em atraso**

Relativamente ao assunto em epígrafe, cumpre-nos informar:

**A Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (LCPA), aprovada pela Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, estabelece as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso das entidades públicas. Esta Lei entrou em vigor no dia 22 de Fevereiro de 2012.**

Dispõe este diploma no art. 10.º que **"as entidades devem fornecer toda a informação sobre os compromissos e pagamentos em atraso"**, nomeadamente cumprir com as obrigações previstas nos artigos 15.º e 16.º, referentes às declarações e ao plano de liquidação de pagamento em atraso.

Neste sentido, **até ao dia 23 de Março de 2012**, os Municípios devem proceder nos termos da al a) e da al b) do n.º 1 do art. 15.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro. Assim, devem:

**- Emitir declaração que todos os compromissos plurianuais existentes a 31 de Dezembro do ano anterior se encontram devidamente registados na base de dados central de encargos plurianuais;**

**8.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 27 de Abril de 2012**

- Identificar, em declaração emitida para o efeito e de forma individual, todos os pagamentos e recebimentos em atraso existentes a 31 de Dezembro do ano anterior.

Segundo o n.º 2 al c) do mesmo artigo, até 30 de Março, de 2012 as declarações devem ser enviadas à Câmara Municipal e à Assembleia Municipal.

Estas declarações devem ser publicitadas na Internet no site do Município e devem integrar o respectivo relatório e contas (cfr. n.º 3 do art. 15º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro).

Refira-se que:

A violação de qualquer uma das disposições supra mencionadas constitui infracção disciplinar (cfr. n.º 4 do art. 15º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro).

De acordo com o art. 16.º da mesma Lei, os Municípios com pagamentos em atraso a 31 de Dezembro de 2011, têm de apresentar um plano de liquidação de pagamentos, até 90 dias após a entrada em vigor da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, à Direcção-Geral da Administração Local (DGAL), ou seja até ao dia 21 de Maio de 2012.

**SALIENTE-SE:**

Que o plano de pagamentos com carácter plurianual está sujeito à autorização prévia da Assembleia Municipal, o que implica *a priori* passar pelas seguintes fases:

- elaboração pelo dirigente da área financeira;
- aprovação pelo Presidente de Câmara, enquanto entidade competente para autorizar pagamentos,
- aprovação pela Câmara com vista à submissão da Assembleia Municipal a tempo de ser remetido dentro dos 90 dias após a entrada em vigor da lei.

Salvo melhor e mais fundamentada opinião, é o quanto se nos oferece dizer relativamente ao assunto colocado à nossa consideração.

À superior consideração,  
Paços do Município de Soure, 14 de Março de 2012  
A Técnica Superior,  
(Susana Ramos)

*Deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta de Plano de Liquidação de Pagamentos em Atraso.--*

---

**Ponto 12. REGULAMENTO DE LIQUIDAÇÃO E COBRANÇA DE TAXAS MUNICIPAIS  
- Proposta de Alteração**

Foram presentes as seguintes informações:

**assunto: Alteração ao Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas Municipais**

## ***8.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 27 de Abril de 2012***

A Assembleia Municipal na sessão extraordinária de 14 de maio de 2010, sob proposta da Câmara Municipal, aprovada em reunião de 12 de maio de 2010, deliberou aprovar o “Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas Municipais” do Município de Soure.

Foi publicado no Diário da República, 2ª série, nº 102 de 26 de maio de 2010 e entrou em vigor no dia seguinte à sua publicação, ou seja, no dia 27 de maio de 2010.

Conforme recomendação, sugeriu-se que dado o elevado número de taxas deveria existir um período de monitorização, findo o qual as taxas deveriam ser revistas.

Ao longo de quase dois anos de vigência do aludido Regulamento foram detetadas algumas incorreções e lacunas que importa suprir, com vista a uma melhor regulação e mais adequada aplicação do diploma.

Nesta revisão, propõe-se a alteração de alguns valores que, sendo inferiores aos custos administrativos inerentes à prestação dos serviços, importa subir para que a taxa cobrada se aproxime do custo apurado. São exemplo do referido, a emissão de certidões e fornecimento de fotocópias em formatos superiores a A3.

Mas também se propõe a alteração de valores que, por estarem elevados, serviam de desincentivo à prática de certos atos ou operações, como por exemplo as ocupações da via pública.

Finalmente, propõe-se a alteração das taxas relativas aos cemitérios tendo em conta os mesmos critérios, ou seja, o custo da atividade pública e o critério do desincentivo à prática de certos atos ou operações.

Sugere-se a aprovação da presente proposta de alteração ao “Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas Municipais” do Município de Soure.

À Consideração Superior  
Maria José O. Carvalho - Eng<sup>a</sup>  
Chefe de Divisão de Gestão Urbanística e Planeamento  
23.04.2012

e

### **Assunto: ♦ Projecto de Alteração ao Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas Municipais - Apreciação Pública**

O actual Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas e Licenças (RLCTM) foi aprovado em sessão de Assembleia Municipal, de 14 de Maio de 2010, sob proposta da Câmara Municipal, aprovada em reunião de 12 de Maio de 2010, e publicado em Diário da República, 2ª Série - nº 102, de 26 de Maio de 2010.

Decorridos, sensivelmente, dois anos após a sua entrada em vigor, e face aos motivos constantes na informação técnica da chefe de divisão da D.G.U.P., justifica-se uma alteração aos quantitativos de algumas taxas devidas, previstas no referido Regulamento.

Determina a Lei das Finanças Locais (Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro), na alínea c) do artigo 10.º, que constitui receita do Município “o produto da cobrança de taxas e preços resultantes da concessão de licenças e de prestação de serviços pelo município, de acordo com o disposto nos artigos 15.º e 16.º”

Por sua vez, o mencionado artigo 15.º, sob a epígrafe “Taxas dos municípios” dispõe: “1 – Os municípios podem criar taxas nos termos do regime geral das taxas das autarquias locais. 2 – A criação de taxas pelos municípios está subordinada aos princípios da equivalência jurídica, da justa repartição dos encargos públicos e da publicidade, incidindo sobre utilidades prestadas aos particulares, geradas pela actividade dos municípios ou resultantes da realização de investimentos municipais.”

## ***8.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 27 de Abril de 2012***

O mencionado Regime Geral das Taxas das Autarquias Locais (Lei n.º53-E/2006, de 29 de Dezembro) refere, no seu artigo 6.º, sob o título “*Incidência Objectiva*” o seguinte:

*“1 - As taxas municipais incidem sobre utilidades prestadas aos particulares ou geradas pela actividade dos municípios, designadamente:*

- a) Pela realização, manutenção e reforço de infra-estruturas urbanísticas primárias e secundárias;*
- b) Pela concessão de licenças, prática de actos administrativos e satisfação administrativa de outras pretensões de carácter particular;*
- c) Pela utilização e aproveitamento de bens do domínio público e privado municipal;*
- d) Pela gestão de tráfego e de áreas de estacionamento;*
- e) Pela gestão de equipamentos públicos de utilização colectiva;*
- f) Pela prestação de serviços no domínio da prevenção de riscos e da protecção civil;*
- g) Pelas actividades de promoção de finalidades sociais e de qualificação urbanística, territorial e ambiental;*
- h) Pelas actividades de promoção do desenvolvimento e competitividade local e regional.*

*2 - As taxas municipais podem também incidir sobre a realização de actividades dos particulares geradoras de impacto ambiental negativo.”*

E acrescenta ainda este último diploma, no seu artº 8º, que a criação das taxas das autarquias locais, por regulamento aprovado pelo órgão deliberativo, deverá conter obrigatoriamente, sob pena de nulidade:

- a) A indicação da base de incidência objectiva e subjectiva;
- b) O valor ou a fórmula de cálculo do valor das taxas a cobrar;
- c) A fundamentação económico-financeira relativa ao valor das taxas, designadamente os custos directos e indirectos, os encargos financeiros, amortizações e futuros investimentos realizados ou a realizar pela autarquia local;
- d) As isenções e sua fundamentação;
- e) O modo de pagamento e outras formas de extinção da prestação tributária admitidas;
- f) A admissibilidade do pagamento em prestações.

Estando em causa uma alteração ao valor das taxas que não resulta de uma actualização em função da taxa de inflação, essa alteração efectua-se mediante alteração ao regulamento de criação respectivo e deve conter a fundamentação económico-financeira subjacente ao novo valor, nos termos do nº 2 do artº 9º da Lei nº 53-E/2006, de 29 de Dezembro.

Esta justificação económico-financeira permite verificar o respeito pelo princípio da equivalência jurídica, que é, expressamente, consagrado no regime geral das taxas das autarquias locais, segundo o qual o valor das taxas das autarquias locais é fixado “*de acordo com o princípio da proporcionalidade e não deve ultrapassar o custo da actividade pública local ou o benefício auferido pelo particular*”.

As exigências da proporcionalidade e da justificação económico e financeira dos quantitativos a cobrar, são, aliás, reconhecidas como determinantes para um controlo mais rigoroso da natureza do tributo como verdadeira taxa e constitui, também, o instrumento que impedirá a definição de valores discricionários ou mesmo arbitrários.

Essa fundamentação económico-financeira, relativa à alteração ao valor das taxas, foi realizada pelos serviços financeiros do Município, dado a sua natureza eminentemente técnica.

### ***8.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 27 de Abril de 2012***

O mencionado projecto de alteração ao Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas Municipais contempla, entre outras, taxas devidas pela realização de operações urbanísticas, pelo que o projecto está sujeito a apreciação pública, por prazo não inferior a 30 dias, antes da sua aprovação pela Assembleia Municipal, nos termos do n.º3 do artigo 3.º do Dec.-Lei n.º555/99, de 16 de Dezembro, e do artº 118º do Código do Procedimento Administrativo (CPA).

**Em cumprimento do que acima se referiu, sugere-se que o executivo municipal aprecie e aprove o Projecto de alteração ao REGULAMENTO DE LIQUIDAÇÃO E COBRANÇA DE TAXAS MUNICIPAIS, que ora se anexa, e, ao abrigo do n.º3 do artigo 3.º do Dec.-Lei n.º555/99, de 16 de Dezembro, e do artº 118º do CPA, delibere no sentido de submeter o mesmo à apreciação pública, para recolha de sugestões, por 30 dias.**

À consideração superior,  
O Técnico Superior,  
(Gil Soares, Dr.)  
23.04.2012

O Senhor Presidente referiu que: “em 31 Março de 2010 aprovámos, por unanimidade, um Projecto de Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas Municipais... Esse projecto teve um período para consulta pública, os 30 dias que a Lei exige... Após a consulta pública voltou à reunião de Câmara, de 12 de Maio de 2010, onde foi aprovado, por unanimidade, e depois foi à Assembleia Municipal de 14 de Maio de 2010, onde foi aprovado com trinta votos a favor e uma abstenção do Bloco de Esquerda...

Durante o debate, na Assembleia Municipal e na Câmara Municipal, referi que este Regulamento, que entrou em vigor em 2010, veio substituir um de 1991... Na altura assumimos que: dezanove anos sem “mexer” e depois a “mexer” em tanta taxa, seria necessário monitorizar... porque algumas podiam não se revelarem as mais equilibradas... As taxas, nos termos da lei, têm que ter um Estudo Económico que aponta qual é o valor máximo de indexação e nós temos que as fixar por um valor inferior ou igual ao máximo... Esse Estudo, na altura, foi feito por um Gabinete... Desta vez foram os nossos Serviços que, mantendo a lógica do Gabinete, refizeram o Estudo... Não há nenhuma alteração, o Regulamento continua na mesma... Naquilo que são as taxas, fundamentalmente há cinco grupos de alterações: subida de valores dos preços das operações administrativas... subida dos valores ligados à concessão de terrenos para jazigos e covais dos Cemitérios... baixa nos valores das ocupações da via pública... lançamento de uma nova taxa que tem a ver com reposições de pavimento... no licenciamento de plantação de árvores de crescimento rápido e de árvores de crescimento lento, fazer uma distinção, que nos parece justa, entre as espécies de crescimento rápido, que têm uma perspectiva comercial rápida, e espécies de crescimento lento, que têm uma perspectiva mais ligada à saúde ambiental...”

*8.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 27 de Abril de 2012*

*Deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta de Alteração ao Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas Municipais.-----*